

## Acionista deve decidir futuro da Linx, diz Amec

A Amec destaca que o conselho de administração, de forma não usual, estabeleceu um contrato que traz restrições à atuação dos acionistas

Por Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

09/09/2020 05h01 · Atualizado há 2 semanas



A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) reforça a importância de a disputa pela Linx, promovida por Stone e Totvs, ser decidida livremente pelos acionistas da Linx, em assembleia. “Estamos falando de uma incorporação. A lei brasileira é clara ao dizer que a decisão sobre uma operação como essas cabe inteiramente aos acionistas”, afirmou Fabio Coelho, presidente da Amec.

Em manifestação oficial antecipada ao **Valor**, a Amec destaca que o conselho de administração da Linx, de forma não usual, estabeleceu um contrato que traz restrições à atuação dos acionistas, inclusive prevendo penalidades que limitam a decisão assemblear.

PUBLICIDADE



**3 dias de ofertas exclusivas pra comprar um Fiat**

FIAT FIAT - Sponsored

Visite o site

“O contrato foi realizado em condições que lançam dúvidas sobre a alçada decisória do conselho, especialmente quando impõe cláusulas inovadoras que geram incertezas sobre sua legitimidade, uma vez que alcançam direitos soberanos dos demais acionistas na decisão sobre a operação”, diz o texto da Amec. “O documento teve ainda o condão de dificultar, ou mesmo impedir, que fossem analisadas propostas alternativas que eventualmente trariam condições mais vantajosas à empresa”, afirma a Amec, em referência à proposta formulada dias depois pela Totvs.

Segundo a associação, nesses processos, os acionistas devem receber tratamentos equânimes, “não podendo ser alijados da decisão sobre o mérito dessas operações”. Para a Amec, ao receber ofertas dessa natureza, o papel do conselho é fazer uma recomendação, de aprovação ou rejeição, deixando a palavra final para o acionista.

A expectativa do mercado também é de que os conselheiros independentes da Linx, que já renegociaram os termos iniciais da proposta da Stone e agora apreciam a oferta da Totvs, coloquem as duas propostas para a votação numa mesma assembleia. E isso inclui que, em algum momento, seja retirada a multa prevista para uma eventual rejeição da proposta da Stone - a multa, diz a Amec, coloca os acionistas “em corner”.

A Amec diz entender que o pacote de não competição fechado pela Stone com os três fundadores da Linx, além do contrato de trabalho firmado com um deles, o CEO Alberto Menache, podem ser interpretados com um “prêmio” concedido a eles, mas não aos demais acionistas: “Se houver o pagamento de um prêmio apenas a um grupo, teremos um precedente perigoso e indesejado no país, especialmente por se tratar do mais alto nível de listagem da bolsa brasileira, que a princípio deveria garantir tratamento equânime a todos os sócios. Agir de forma diferente é nocivo ao mercado local”.

Para a associação, os três terão um benefício particular com essa operação e estão em conflito de interesses com a companhia - portanto, não devem votar na assembleia que tratará da incorporação.

Coelho disse que o fato de os fundadores serem acionistas, conselheiros e, no caso de Menache, executivo da companhia, por si só não seria problema. “Desde que eles não se colocassem em situação de conflito. Mas como serão de alguma forma beneficiados, nesta condição, por óbvio, não deveriam exercer o direito de voto”, diz.

Em nota ao **Valor**, os fundadores da Linx, que detém 14% da empresa, afirmam que a companhia está listada no Novo Mercado e na Nyse e tem capital disperso, “sem poder de controle detido por grupo algum de acionistas”. Segundo eles, “a decisão em situações de mudança de controle da companhia compete exclusivamente à assembleia de acionistas, que é soberana”. Eles destacam que comitê formado por membros independentes do conselho da Linx assumiu a condução do processo. “A participação dos fundadores no processo de deliberação seguirá à risca as leis e normas aplicáveis”, diz a nota.

No acordo com a Stone, os fundadores se comprometeram a votar a favor dessa proposta, desde que não haja impedimento legal. O que se aguarda é uma manifestação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o assunto, o que deve acontecer a pedido de algum acionista da Linx, quando for convocada a assembleia.

Depois das críticas do mercado, os conselheiros independentes da Linx renegociaram a proposta da Stone, reduzindo multas e elevando o valor da oferta. E os fundadores, separadamente, também revisaram seus acordos de não competição, reduzindo montantes e elevando de 3 para 5 anos a duração.